



CLÁUDIA PEREIRA

Bacharel em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com pós-graduação em Antropologia pela UNB. Em 1981, associou-se à Candango Promoções Artísticas através da qual produziu, dirigiu, roteirizou e atuou em filmes, peças teatrais e shows musicais. Em 1991, fundou a Gabinete C, agência de propaganda que este ano comemora 22 anos criando campanhas publicitárias premiadas e consolidando marcas fortes.

cpereira@brasiliaemdia.com.br

O BRASILEIRO, DE FATO, NÃO É AMIGO DAS LEIS.

NÃO É À TOA QUE ELE INVENTOU O "JEITINHO", O MODO NACIONAL DE DESACREDITAR AS LEIS DO PAÍS.

PESQUISA RECENTE DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV) REVELOU QUE 82% DOS ENTREVISTADOS RECONHECEM QUE É FÁCIL DESOBEDECER ÀS LEIS NO BRASIL.

A MAIORIA DOS BRASILEIROS QUER LEVAR UMA VIDA HONESTA, MAS ADMITE QUE A FALTA DE PUNIÇÃO ESTIMULA DESVIOS.



Fontes: jornal Correio Braziliense, 24/4/2013; site da FGV; Roberto DaMatta, in: Fórum sobre Corrupção – Revista de História, 5/3/2009.

JEITINHO O brasileiro, de fato, não é amigo das leis. Não é à toa que ele inventou o “jeitinho”, o modo nacional de burlar ou, até mesmo, desacreditar as leis do país. Pesquisa recente da Fundação Getúlio Vargas (FGV) revelou que 82% dos entrevistados reconhecem que é fácil desobedecer às leis no Brasil. Segundo a professora da FGV, Luciana de Oliveira, a pesquisa mostrou que existe, entre os brasileiros, a necessidade de relação custo-benefício, enquanto em outros países, como a Alemanha, por exemplo, as leis são cumpridas porque são leis.

CONVENIÊNCIAS O relatório apontou também que quanto maior a escolaridade e a renda, mais pessimista as pessoas são em relação à própria sociedade e à possibilidade de que as leis sejam cumpridas. Segundo o sociólogo Mário Sérgio Ferrari, as leis são feitas para um propósito coletivo, mas o estudo provou que as pessoas encaram as normas conforme suas conveniências.

JUSTIÇA E POLÍCIA Entre as infrações mais recorrentes estão a travessia de ruas fora da faixa de pedestre, comprar produtos piratas, fazer barulho sem se preocupar com os vizinhos. Outro dado interessante da pesquisa revela que enquanto 81% dos entrevistados afirmam ser dever moral cumprir as decisões da Justiça, esse índice cai para 43% quando se trata de acatar uma ordem policial.

VANTAGEM A lógica nacional que avaliza a compra de produtos piratas está ancorada na ideia de levar vantagem, isto é, poder comprar dois produtos pelo preço de um. O curioso é que o comprador desse tipo de produto reconhece a baixa qualidade da peça, mas mesmo assim faz a escolha em função do preço. Parece que o fator preço, associado à quantidade, se sobrepõe ao fator qualidade. Comprar dois, pelo preço de um, tem mais efeito do que obter um de melhor qualidade.

TEMORES Vale lembrar que um alto percentual de entrevistados apontou como condutas reprováveis duas questões importantes: dirigir após ter ingerido bebida alcoólica (88%) e subornar um policial ou um fiscal (87%). Eles também temem ser punidos por furto de itens baratos (80%), dirigir embriagados (79%) e por estacionar em local proibido (78%). Diante desses percentuais, acredito que o medo de dirigir embriagado, assim como o temor de estacionar em local proibido, estão diretamente ligados a perdas financeiras, isto é, receber multas. Quanto ao primeiro item de temor – furto de objetos baratos –, provavelmente esteja associado ao vexame de ser pego roubando tão pouco.

FICÇÃO JURÍDICA Em entrevista para a Revista de História, o doutor em Antropologia Roberto DaMatta falou que, no Brasil, a República fez “(...) no papel e em cima de um regime social aristocrático, a revolução igualitária (...) mas inventou o “jeitinho” e o “você sabe com quem está falando?” como duas pernas de uma mesma ficção jurídica. Que ficção é essa? Ora, é o faz de conta de que todos obedecem à lei quando todos sabemos que os velhos aristocratas e os donos do poder (burocratas e altos funcionários) são mais donos do que o povo”.

CORRUPÇÃO E TRANSGRESSÃO O professor DaMatta avalia ainda que “(...) o jeitinho se confunde com corrupção e é transgressão porque desigual o que deveria ser obrigatoriamente tratado com igualdade (...). O que nos enlouquece hoje no Brasil não é a existência do jeitinho como ponte negativa entre a lei e a pessoa especial que dela se livra, é a persistência de um estilo de lidar com a lei que induz o chefe, o diretor, o dono, o patrão, o governador e o presidente a passar por cima da lei”.

DESOBEDIÊNCIA De modo geral, o problema do “jeitinho” é que ele desmoraliza a lei fazendo com que aqueles que a cumprem sejam vistos como otários ou subcidadãos. Nascida de um sistema desigual, a legislação brasileira sofre de dois defeitos congênitos: o descrédito e a ineficiência, dois males que contaminaram todo o tecido social brasileiro e estão instalados na visão nacional das regras, valores e ordens. No Brasil, quando o assunto é lei, tudo pode e deve ser flexibilizado, desde que seja conveniente ao freguês. Não por acaso 82% dos entrevistados da pesquisa da FGV consideram fácil desobedecer às leis no Brasil e 79% optam pelo “jeitinho” em vez de seguir a lei.

FALTA DE PUNIÇÃO Esses dados, coletados para o Centro de Pesquisa Jurídica Aplicada da Escola de Direito de São Paulo, foram colhidos a partir de 3,3 mil entrevistas, aplicadas entre 2012 e 2013, em oito unidades da Federação – São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Amazonas e Distrito Federal – e revelam que a maioria dos brasileiros quer levar uma vida honesta, mas admite que a falta de punição estimula desvios.